UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Primeiro semestre**
Curso	**CIENCIAS CONTABEIS**
Disciplina	**4446 - CONTABILIDADE PUBLICA I**
Turma	**CCN/P**
Local	**PITANGA**

Carga Horária: **51**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Visão teórica dos fenômenos relacionados com a atividade financeira do Estado. Fundamentos de administração pública. Entidades de administração direta, indireta e serviços sociais autônomos. A contabilidade pública e o campo de sua aplicação. Orçamento público. Receita e Despesa Pública. Exercício financeiro.

I. Objetivos

Propiciar aos alunos o preparo necessário para atuar em entidades e/ou órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades regimentais com desenvoltura, segurança, criatividade e qualidade, fatores que implicam diretamente no resultado da gestão pública. Para isso, é apresentado ao acadêmico a legislação aplicável à Administração e Finanças Públicas e as normas técnicas de contabilização das operações, encerramento do exercício social e as respectivas prestações de contas.

II. Programa

1. INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA
1.1 Contextualização
1.2 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – considerações iniciais
1.3 Aspectos Orçamentário, Patrimonial e Fiscal da CASP
1.4 Alcance e autoridade
1.5 Características qualitativas
1.6 Critérios gerais de Evidenciação nas Demonstrações Contábeis
2. LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO
2.1 Lei 4.320/64
2.2 Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
2.3 O Decreto Lei 200/67 – Organização da Administração Federal
2.4 NBC TSP – Estrutura Conceitual
2.5 Lei 14.133/21 – Nova Lei das Licitações
2.6 Exercícios
3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS
3.1 Introdução
3.2 Princípios Orçamentários
3.3 Receitas Orçamentária
3.4 Etapas da Receita Orçamentária
3.5 Despesa Orçamentária
3.6 Etapas da Despesa Orçamentária
3.7 Restos a Pagar
3.8 Fonte/Destinação de recursos
3.9 Exercícios
4. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS
4.1 Introdução
4.2 Elementos das Demonstrações Contábeis
4.3 Mensuração de Ativos e Passivos
4.4 Estoques – mensuração e evidenciação
4.5 Ativo Imobilizado
4.6 Ativo Intangível
4.7 Redução ao Valor Recuperável
4.8 Propriedade para investimento
4.9 Receita de Transação com e sem Contraprestação
4.10 Custos de Empréstimos
4.11 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
4.12 Exercícios

III. Metodologia de Ensino

Será utilizado o método do pluralismo metodológico, partindo-se, ora de um plano geral decrescendo-se até planos específicos; ora partindo de um plano específico até chegarmos a um plano geral sobre a Contabilidade Pública. Para atingir esse propósito, serão utilizados:
a) Aulas expositivas em sala de aula;
b) Discussões dos temas de forma individual ou em grupos;
c) Trabalhos práticos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2023**
Tp. Período	**Primeiro semestre**
Curso	**CIENCIAS CONTABEIS**
Disciplina	**4446 - CONTABILIDADE PUBLICA I**
Turma	**CCN/P**
Local	**PITANGA**

Carga Horária: **51**

PLANO DE ENSINO

IV. Formas de Avaliação

Visando avaliar os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos, o sistema de aprendizagem e avaliação consistirá em prova bimestral objetiva, descritiva ou mista; trabalhos em grupo ou individuais e apresentação de seminários.
Após as avaliações bimestrais (provas), os acadêmicos com nota abaixo da média necessária para aprovação, deverão fazer uma Atividade de Recuperação de Nota (ARN), de acordo com Instrução Normativa emitida pelo Departamento de Ciências Contábeis, no formato de prova individual e sem consulta, sobre o conteúdo trabalhado no período.
Conforme Instrução Normativa nº 01-DECIC/G/UNICENTRO/2023:
a) Atividade de Recuperação de Nota (ARN): será disponibilizado na disciplina, a ARN que será na forma de avaliação objetiva e composta por questões de múltipla escolha, referente todo o conteúdo do semestre da disciplina;
b) A Atividade de Recuperação de Nota (ARN) será na forma de uma avaliação final, contemplando o conteúdo do semestre, sendo realizada na última semana do final do semestre de acordo com o Calendário Universitário aprovado pela Unicentro;
c) A realização de Atividade de Recuperação de Nota (ARN) são destinados aos discentes que não tenham atingido a média de 7,0 (sete vírgula zero) ao final do semestre.

V. Bibliografia

Básica

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm. Acesso em 04/07/2021.
BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#view. Acesso em 04/07/2021.
BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 04/07/2021.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP – Estrutura conceitual. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf. Acesso em 04/07/2021
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 8 ed. Ministério da Fazenda, 2019.
KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015
PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Complementar

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 16/02/2020.
BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 04/07/2021.
BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em 04/07/2021.
MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31 ed. Editora: IBAM, 2003.

APROVAÇÃO

Inspetoria:	DECIC/G
Tp. Documento:	Ata Departamental
Documento:	005/2023
Data:	10/05/2023